

CONTROLE SOCIAL DA VIDA POLÍTICA E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO¹

Laura dos Santos TAVARES²

Suely Henrique de Aquino GOMES³

Universidade Federal de Goiás - [HTTP://www. facomb.ufg.br/mestrado](http://www.facomb.ufg.br/mestrado)
Bolsista Capes

Palavras-chave: Novas tecnologias; Comunicação; Controle; Política.

1. Introdução

O presente trabalho visa questionar as novas formas de interação mediada⁴, que permitem a formação de uma consciência política nos indivíduos e inauguram uma nova forma de controle da vida.

Em tempos midiáticos, as condições sob as quais se desenvolvem a teoria e a prática da política passam por bruscas mudanças no que se refere a formas de sociabilidade e a agilização e intensificação das interações entre os indivíduos com o advento das novas tecnologias da comunicação.

Tal realidade tem feito com que as instituições tradicionais da política sejam desafiadas a se reprogramar, ou a ser substituídas, já que novas instituições e técnicas estão se desenvolvendo na teoria e na prática.

Este trabalho propõe a discussão sobre os aspectos e a relevância dos processos de sociabilidade e discussões políticas nas novas tecnologias da comunicação e até que ponto esta ampliação na discussão e na participação popular na vida política contribui para um certo controle social dos atores políticos. Procura-se analisar se essas novas formas de interação mediada, de fato, aproximam elites dirigentes e cidadãos (emissor e receptor na tradicional comunicação) e se contribuem ou não para uma democracia eletrônica sob a égide da política, se isso

¹ Resumo Expandido apresentado ao Conpeex 2011, VIII Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão, realizado de 10 a 15 de julho no Campus Samambaia da UFG em Goiânia.

² Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela UFG, especialista em Gestão de Projetos pela Funiversa e Mestranda do Curso de Comunicação da UFG, email: luratavares@gmail.com.

³ Co-autora do trabalho. Docente do Curso de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Comunicação, Cultura e Cidadania da UFG, email: suelyhenriquegomes@gmail.com.

⁴ “As interações mediadas implicam o uso de um meio técnico que possibilitam a transmissão de informação e conteúdo simbólico para indivíduos situados remotamente no espaço, no tempo, ou em ambos”. (THOMPSON, 2002)

faz com que o poder e a opinião pública estejam ao alcance de todos e se isso acaba sendo uma nova forma de controle social.

Para tanto, é preciso que se saiba ainda se é possível o controle social da vida política, quais os requisitos para que isso realmente ocorra e se isso só é possível acontecer com quem está na rede ou se mesmo não estando presente na internet de forma efetiva todos os políticos acabam por ser controlados por ela.

2. Materiais e Métodos

Para atingir os objetivos propostos e resolver os problemas inicialmente apontados, o processo de investigação englobará pesquisa bibliográfica na literatura disponível sobre o assunto e estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica se assentará em autores de referência quando se trata de Comunicação, Mídia, Democracia, Participação Política e Novas Tecnologias. Seguem alguns dos principais nomes: Hannah Arendt, Charles Baudelaire, Jean Baudrillard, Norberto Bobbio, Asa Briggs e Peter Burke, Pippa Norris, Putnam, José Álvaro Moisés, Baquero, Canclini, Manuel Castells, Noam Chomsky, Dizard Jr, Eisenberg & Cepik, Foucault, Habermas, Kellner, André Lemos, Pierre Lévy, Gustavo Steinberg, Alain Touraine, entre outros.

Já o estudo de caso foi escolhido por ser, segundo Duarte (2006), o método ideal quando se tem uma pessoa, organização ou país como objeto de estudo. Define-se aqui o estudo de caso, como análise intensiva, empreendida numa única ou em algumas organizações reais, reunindo o maior número de informações detalhadas para captar a totalidade da situação em estudo.

Duarte (2006) enumera quatro características essenciais do estudo de caso: o particularismo, a descrição, a explicação e a indução. É particular porque se centra em uma situação ou fenômeno particular, assim proporciona uma análise prática do problema. É resultado de descrição por seu final ser um levantamento detalhado do assunto submetido ao método. É explicativo porque ajuda a compreender o que é subordinado à análise, chegando a novas interpretações, perspectivas, significados e visões. Por fim, é indutivo porque faz conclusões a partir da análise de dados particulares.

Yin (2001) distribui o método em três etapas: primeiro, definição e planejamento; depois, preparação, coleta e análise; por fim, análise e conclusão. Na

primeira fase, há o desenvolvimento da teoria, a seleção do caso e a projeção da coleta de dados. Na segunda fase, há a condução do estudo de caso com o acompanhamento de relatórios. Na terceira e última etapa, chega-se às conclusões a partir dos dados coletados, modifica-se ou confirma-se a teoria apresentada na primeira etapa e há o desenvolvimento de um relatório final.

De acordo com esses apontamentos, as hipóteses sobre o controle social da vida política através das novas tecnologias da comunicação serão analisadas por meio da coleta de dados na rede social Twitter. Para tanto, será objeto de análise o perfil da Presidente Dilma Rousseff (@Dilmabr). Portanto, será realizado o estudo de caso de um fenômeno social complexo, retratando a realidade da participação política em esfera nacional e revelando como o cidadão comum poderá utilizar as novas tecnologias da comunicação para controlar a vida política de seus representantes.

3. Resultados e Discussão

Cada vez mais, as concepções iniciais sobre a prática política estão se adequando às novas realidades em que não só a comunicação de massa, como também as novas mídias virtuais exercem papel capital na formação das opiniões, preferências e valores dos indivíduos.

As novas tecnologias da comunicação trazem uma série de particularidades como o fato de facilitar uma simetria na comunicação entre emissor e receptor, possibilitando diálogos antes impensáveis. Com isso, hoje o cidadão comum, que só tinha acesso aos seus representantes em momentos de campanha eleitoral ou indo às assembleias legislativas, às câmaras de deputados e de senadores, podem participar de discussões políticas, podem vigiar as ações de seus representantes e podem controlar a forma como estes defendem os interesses daqueles que os elegeram.

Isto posto, diversos autores têm procurado analisar os impactos que as novas mídias provocam e podem provocar sobre a participação política. Assim, o presente trabalho pretende analisar se essas novas tecnologias da comunicação, de fato, aproximam elites dirigentes e cidadãos comuns (emissor e receptor na tradicional comunicação) e se disso ocorre uma efetiva mudança na forma como a política vem sendo feita no país.

A pertinência do estudo pauta-se também no fato de que será feita uma pesquisa empírica, contextualizando a supracitada discussão no mundo real e analisando como essa relação entre novas tecnologias e participação política se dão de fato na esfera executiva no Brasil.

No passado, para se acompanhar a política, era preciso sair de casa, ir aos comícios, sindicatos ou associações. Só tinham acesso à informação aqueles que por ela se interessavam, sendo que a introdução do rádio, da mídia eletrônica e agora da mídia digital personalizou o processo de participação popular. Naquela época, ao comparecer a um comício, o eleitor expunha sua preferência ao restante da sociedade, o que fazia com que ele não participasse de comícios de candidatos opostos ao seu. O perfil político das pessoas, então, era muito próximo do perfil de seu grupo social.

Embora a pressão do grupo social continue valendo, com o advento da mídia, os fatores de influência e interação se diluíram e, de acordo com Pierre Lévy (1999), com a revolução no universo midiático e com o surgimento da Cibercultura, hoje todo o espaço seria um canal interativo, os aglomerados urbanos estariam se reorganizando, possibilitando o surgimento de cibercidades e criando novas formas de interação social e, porque não, de discussão política.

Contudo, vê-se que para que uma sociedade adira de fato à democracia virtual, é necessário que haja participação no sentido de acompanhar, controlar e punir os governos e suas instituições, pois assim o cidadão se sentirá parte do processo e mais responsável pelo que dá certo ou não no governo de seu país. É necessário também que os indivíduos continuem se reunindo, formando redes sociais e agindo em prol do bem estar coletivo.

6. Conclusões

- Quanto maior o acesso à internet e às redes sociais, maior a familiaridade do cidadão em discutir assuntos relevantes como a política em seus perfis particulares;

- Quanto maior o grau de instrução e de informação política, maior a participação política dos indivíduos;

- Quanto maior o conhecimento sobre os mecanismos de participação, maior a efetividade desta participação;

- Quanto maior a participação política dos cidadãos através das novas tecnologias da comunicação, maior o controle social da vida política dos representantes;

- Quanto mais cidadãos conseguirem interagir com seus representantes de uma maneira menos burocrática e mais efetiva, mais terão interesse em participar politicamente;

- Quanto mais os políticos tiverem suas ações vigiadas e controladas pelos cidadãos, mais obrigados eles estarão a defender os interesses do povo a que eles representam.

7. Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (orgs). **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política**. São Paulo: Saraiva, 2005.

GOMES, Wilson. **Transformação da Política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34 Letras, 1999.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão – Petrópolis: Vozes, 1998.

AVELAR, Lúcia. **Participação Política**. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004.

BAQUERO, M. **Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. Opinião Pública**. Campinas, v.14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.

NORRIS, P. **Democratic phoenix. Reinventing political activism**. Cambridge, Nova Iorque, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapore e São Paulo: Cambridge University Press, 2002.

PHILIPS, A. **The Politics of Presence: the political representation to gender, ethnicity and race**. Oxford: Oxford University Press, 1995. Pp. 27-56 e 146-165.

PITIKIN, H. F. **The Concept of Representation**. Berkeley: University of Califórnia Press, 1967. Pp. 209-240.

PRSEWORKSKI, A., STOKES, S & MANIN, B. (eds). **Democracy, Accountability and Representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York, Simon & Schuster, 2000.